

Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde

Antonio Teixeira de Barros
Câmara dos Deputados (Brasil)

CÓMO CITAR:

Barros, Antonio Teixeira de. 2018. "Ambientalistas acidentais: a adesão dos partidos políticos brasileiros ao liberalismo verde". *Colombia Internacional* (94): 111-141. <https://doi.org/10.7440/colombiaint94.2018.05>

RECEBIDO: 2 de setembro de 2017

APROVADO: 30 de janeiro de 2018

REVISADO: 7 de fevereiro de 2018

<https://doi.org/10.7440/colombiaint94.2018.05>

RESUMO: Este artigo analisa adesão dos partidos políticos brasileiros ao discurso ambientalista liberal, entendido como aquele que procura conciliar o capitalismo com a sustentabilidade ecológica. A metodologia foi baseada no estudo dos programas partidários. Dos 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral, 22 incorporam temáticas ecológicas em seus programas (62,5%). Desse total, 13 se enquadram na categoria de ambientalistas liberais. Apesar de defenderem os princípios capitalistas de livre mercado, todos os partidos ambientalistas liberais atribuem ao Estado um papel central como ator das políticas ambientais. O referencial teórico reúne contribuições da sociologia dos partidos políticos e da sociologia ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: ambientalismo liberal • governança ambiental • partidos políticos e ambiente • programas partidários (*autor*)

O artigo resulta de um projeto de investigação mais amplo relativo à adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda ambiental no período da redemocratização, ou seja, após a nova Carta Magna de 1988. A pesquisa contou com o apoio do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR).

Ambientalistas accidentales: la adhesión de los partidos políticos brasileños al liberalismo verde

RESUMEN: Este artículo analiza la adhesión de los partidos políticos brasileños al discurso ambientalista liberal, entendido como aquel que busca conciliar el capitalismo con la sustentabilidad ecológica. La metodología consistió en el examen de los programas partidistas. De los 35 partidos registrados en la Justicia Electoral, 22 incorporan temáticas ecológicas en sus programas (62,5%). De ese total, 13 se encuadran en la categoría de ambientalistas liberales. A pesar de defender los principios capitalistas de libre mercado, todos los partidos ambientalistas liberales atribuyen al Estado un papel central como actor de las políticas ambientales. El marco teórico reúne contribuciones de la sociología de los partidos políticos y de la sociología ambiental.

PALABRAS CLAVE: ambientalismo liberal • partidos políticos y medio ambiente • programas partidarios • gobernanza ambiental (*autor*)

Accidental Environmentalists: The Adherence of Brazilian Political Parties to the Green Liberalism

ABSTRACT: This article analyses the adherence of Brazilian political parties to the liberal environmentalist discourse, understood as the one that seeks to reconcile capitalism with ecological sustainability. The methodology of the study consisted of the examination of political agendas. It was evidenced that from the 35 parties registered in the Electoral Justice system, 22 incorporate ecological problematics in their agendas, which account to the 62.5%. Out of that number, 13 can be categorized as liberal environmentalists. In spite of defending capitalist principles of free market, all of the liberal environmentalist parties consider the State as the main agent in the formulation of environmental policy. The theoretical framework of this study gathers contributions of the sociology of political parties and environmental sociology.

KEYWORDS: liberal environmentalism • political parties and environment • parties agenda • environmental governance (*author*)

Introdução

O ambientalismo liberal tornou-se predominante na complexa e heterogênea rede de vertentes ambientais ao se contrapor ao discurso pessimista sobre riscos ambientais e ressaltar a retórica otimista da sustentabilidade (Barros 2015a). Trata-se de uma visão conciliadora entre economia de mercado e política ambiental, pautada no discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Em tal perspectiva, o bem de todos, inclusive o bem relativo ao meio-ambiente natural, deve ser promovido e garantido por meio da livre operação da economia de mercado e da teoria política liberal (Anderson e Leal 1998; Rodrigues 2006; Farhi Neto 2006).

Com base nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar o perfil e as propostas dos partidos políticos brasileiros que defendem o ambientalismo liberal. Com o propósito de não mapear somente as propostas políticas apresentadas, o perfil de governança ambiental defendido e a noção de sustentabilidade que orienta o discurso ambientalista liberal, mas também como as ideias liberais são articuladas nos programas partidários e que aspectos são enfatizados, este estudo pretende contribuir para a compreensão do processo político que levou a agenda ambiental a ser apropriada e incorporada pelos partidos políticos no Brasil.

A opção pela análise dos programas partidários justifica-se pela concepção de que, apesar das várias análises que enfatizam a crise da mediação política nas sociedades contemporâneas, representada, em boa parte, pela crise dos próprios partidos (Panebianco 1990), permanecem as concepções políticas de que os partidos ainda conservam algumas características e funções que lhes são peculiares na democracia representativa. Urbinati (2013) e Manin (1995) defendem que, apesar de terem perdido força em várias áreas, os partidos continuam dominando a política parlamentar e as campanhas eleitorais. Trata-se de um modelo político cuja democracia representativa é considerada de competência exclusiva dos partidos, por meio das eleições. Por essa razão, a democracia liberal não tem como prescindir dos partidos, “sea como expresión del pluralismo político, como agentes de institucionalización del disenso y como actores centrales de la política electoral, por la que se eligen los representantes democráticos” (Scagliola 2002, 3).

Os partidos funcionam como revitalizadores da mediação entre os cidadãos e as instituições partidárias. Desse ponto de vista, os partidos servem como mediadores entre a sociedade e o Estado, já que organizam os termos da competição eleitoral e agendam os temas políticos de maior relevância em cada contexto eleitoral, a exemplo do ambientalismo (Barros 2015a, 2017a). Isso se aplica também ao papel dos partidos na área ambiental, que atualmente é um tema central nas democracias representativas. Dessa forma, a crise dos partidos reforça a crise ecológica, pois:

Las políticas ambientales se empobrecen en la medida en que los partidos se vuelven débiles frente a grupos de interés, corporaciones y demás interés privados; en la medida que son incapaces de articular la agenda ambiental global o planetario, las diversas políticas nacionales y las demandas que emergen de los conflictos ambientales; y en la medida en que carecen de propuestas de política ambiental sustentadas sobre marcos ideológicos definidos. (Scagliola 2002, 16)

Apesar de ser mais evidente a identificação ideológica da esquerda com o ambientalismo (Sainteny 1994; Duverger 2011), com o passar do tempo o discurso ambiental conquistou os partidos de variadas orientações ideológicas, ao romper a lógica de assunto típico da agenda esquerdista para tornar-se problemática continuada, complexa e recorrente (Guimarães 1996). Se antes o ambientalismo constituía uma *questão outsider*, a penetração difusa das ideias ecológicas na política e nas demais esferas da sociedade deu-lhe a dimensão de *questão estabelecida*, que conquistou posição central no debate político (Beck, Giddens e Lash 1994, 268). Cabe verificar, portanto, como o discurso ambientalista liberal passou a ser articulado atualmente nos programas partidários, que são os documentos mais relevantes para a compreensão das ideias e propostas dos partidos (Barros 2015a, 2017a).

1. Como a agenda ambiental foi incorporada pelos partidos políticos-os fatores externos

O debate sobre meio ambiente é um resultado do agravamento da crise desencadeada pelos problemas urbanos globais, cuja tematização tornou-se mais sistemática a partir de meados do século XX. Na década de 1960 destacam-se as discussões desencadeadas pelo Clube de Roma, que culminou com a publicação de dezenas de relatórios e informes sobre a natureza das crises globais e das crises localizadas. A atuação do Clube de Roma foi decisiva para a globalização do ambientalismo e para a proposição de uma agenda ambientalista de cunho liberal, com o aval da Organização das Nações Unidas, a partir da Conferência de Estocolmo (Eco 72), o primeiro evento mundial sobre meio ambiente, realizada em junho de 1972, sob os auspícios da ONU¹, que constituiu um marco para o alastramento do pensamento ecológico (Barros 2017b).

1 As primeiras conferências mundiais da ONU sobre População, a Conferência de Roma (1954) e a Conferência de Bucareste (1965), conforme registra Barros (2015b), são consideradas as precursoras da Conferência de Estocolmo, uma vez que foi nessas duas conferências, ainda que de forma tímida, que a temática ambiental tenha sido cogitada durante os debates.

Antes de serem incorporadas aos programas partidários, as pautas ecológicas passaram por uma longa e complexa trajetória de variados tipos de militância. Diversos ecologismos se formaram antes de chamarem a atenção dos partidos políticos (Barros e Sousa 2010). Cada vertente possui a sua própria identidade, visto que cada uma delas constitui um campo particular de disputas, com seus interesses, lógicas e estratégias. O reconhecimento de tal pluralidade é indispensável para evitar o equívoco do pressuposto de um pensamento ecológico único e monolítico (Barros 2012).

A recente configuração do pensamento ecológico é tributária de um ideário filosófico e político gestado pelos movimentos que defendiam a transformação do pensamento social, da ordem cultural e do sistema político das sociedades avançadas do contexto político resultante do pós-Segunda Guerra Mundial (Barros 2012, 2017b). Apesar da pluralidade de vertentes há um escopo político geral que reúne referentes simbólicos comuns que levaram o pensamento ambiental a se tornar um movimento planetário, com ampla visibilidade.

Mesmo sem pretender apresentar uma historiografia completa, a seguir, serão destacados alguns dos principais documentos e fatos que marcaram o desenvolvimento do pensamento ecológico em termos mundiais (resumidos no quadro 1), a fim de situar essa fase anterior à atuação partidária, mas de suma relevância do ponto de vista político mais amplo.

Quadro 1. Eventos internacionais que marcaram a agenda ecológica

Período	Fato	Consequências políticas
1925	Assinatura do Protocolo de Genebra.	Proibiu o uso de gases tóxicos e o emprego belicoso de armas bacteriológicas em operações militares.
1958	Assinatura da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição do Mar por Óleo.	Estabeleceu medidas governamentais para evitar a poluição marítima.
1963	Assinatura do Acordo sobre Uso de Armas Nucleares no espaço Cósmico, na Atmosfera e sobre a Água.	Prevuiu medidas de proteção do espaço, da atmosfera e dos oceanos, a fim de evitar poluição nuclear.
Década de 1960	Divulgação dos relatórios do Clube de Roma e seus impactos na comunidade internacional.	Divulgou relatórios sobre as crises do petróleo; a limitação dos recursos naturais; a escassez dos recursos hídricos; as consequências do regime econômico vigente nos países industrializados e em desenvolvimento; o elevado crescimento populacional; os modelos energéticos.

Período	Fato	Consequências políticas
Década de 1970	Realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, e seus desdobramentos.	Possibilitou debates políticos e econômicos na fase de preparativos do evento, com maior ênfase na etapa dos desdobramentos, ou seja, praticamente durante toda a década de 1970.

Fonte: Barros 2015b.

Um dos marcos políticos da constituição de uma arena internacional de controvérsias públicas sobre meio ambiente foi a I Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo (1972), como já foi ressaltado acima. O evento teve como objetivo abordar os problemas ecológicos de forma global, a fim de sensibilizar os governos e nações para a necessidade de cooperação internacional e iniciativas coletivas e consensuais (Figueiredo 1993). Sob esse impulso, alguns governos de países da América do Norte e da Europa deram os passos iniciais rumo às primeiras medidas de política ambiental no mundo, ainda na década de 1970, a exemplo do Canadá, Holanda, Suécia, Dinamarca, entre outros. Iniciou-se aí uma longa trajetória de institucionalização da questão ambiental, consagrada politicamente com a criação de órgãos oficiais que potencializaram sua inserção no campo partidário e parlamentar. Assim, o ambiente torna-se um trunfo político, “entrando no jogo institucional da democracia, regido pelos partidos” (Almeida e Premevida 2014, 25).

Os primeiros “partidos verdes” surgem, nesse contexto, com a inclusão formal do debate ambiental na arena eleitoral. Tais legendas começaram a surgir logo após a Conferência de Estocolmo, ainda que tivessem pouca influência política nos processos decisórios dos parlamentos. A primeira iniciativa teve origem na Tasmânia (Austrália), em 1972, fruto da decisão de um grupo de ecologistas denominado *United Tasmanian Group*. Posteriormente, o grupo passou a ser denominado *Green Party* e fundou uma base na Nova Zelândia. Em seguida, o grupo expandiu suas atividades para a Europa, com o apoio de ecologistas da Suécia, Finlândia, Noruega, Suíça, Holanda, Alemanha e França. Atualmente, a filosofia orienta partidos políticos em mais de 120 países. Em 2010, o Partido Verde tornou-se a quarta maior bancada no Parlamento Europeu (Barros 2015a).

No contexto europeu, cabe ressaltar a atuação do Partido Socialista (PS) na França, conforme registram Sainteny (1994) e Duverger (2011). A inclusão formal das temáticas ecológicas no programa partidário do PS teve início em 1972. Trata-se de uma experiência partidária singular de adesão à agenda ecológica, que, segundo a análise dos autores citados, se deve a um conjunto de fatores. Em

primeiro lugar, destaca-se o debate internacional sobre a crise ecológica global, o qual fez da agenda verde um elemento expressivo no debate político europeu e uma temática que passou a ser inevitável nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições presidenciais francesas. Os autores apontam como caso emblemático da inclusão do tema na arena eleitoral a campanha e a eleição de François Mitterrand (1980-1981), quando o PS explorou de forma mais intensiva e enfática a conexão entre o discurso partidário eleitoral e a agenda ecológica, com um conjunto significativo de propostas para conquistar o chamado “voto verde” (Barros 2015b).

O debate sobre desenvolvimento sustentável proposto pelo PS levou o partido a reforçar a agenda verde no debate político francês e a ressaltar as várias dimensões do discurso ecológico, com ênfase para a articulação entre ecologia política, ecologia social e cultura global. A primeira teria como papel revitalizar a democracia representativa, enquanto as demais exerceriam a função de discutir e apontar novas formas de organização social e de revisão dos sistemas culturais moldados pelo sistema capitalista, pela sociedade de consumo e pelos modelos de crescimento econômico vigentes, de base predatória.

Dessa forma, o PS combinou seu discurso de crítica ecológica com a crítica social, política e cultural. Além disso, o partido chamou atenção para temas como novas formas de promoção do desenvolvimento econômico, a exemplo da economia solidária, das inovações tecnológicas em prol do desenvolvimento sustentável e de outras formas industriais ancoradas em projetos de desenvolvimento local, em consonância com os valores e interesses coletivos (Barros 2015a).

Todos esses fatores reforçaram e ampliaram o escopo do debate partidário sobre a agenda verde. Em suma, a ênfase do PS a questões ambientais contribuiu para colocar a agenda ecológica no debate político partidário francês e nos demais países europeus. Além de surgir como um novo ator partidário emblemático em sua relação com o ambientalismo, o PS estimulou outras legendas a aderir à agenda verde, especialmente os demais partidos de orientação socialista, reforçando os vínculos históricos e as convergências entre os socialistas e os movimentos sociais ecológicos. Assim, a contribuição do PS é apontada por Sainteny (1994) como a transformação do ecologismo em um eixo de reflexão e de ação política. A atuação do PS estimulou outros partidos, de diferentes orientações ideológicas a apoiarem as bandeiras ecológicas (Rohrschneider e Miles 2015), especialmente com a politização do debate sobre mudanças climáticas (Pepermans e Maesele 2016; Ryan 2017)². Nesse debate destacam-se atualmente dois focos:

2 Nesse debate, a literatura recente destaca uma polarização partidária nos Estados Unidos. De um lado estão os Democratas, que defendem as políticas de combate ao aquecimento global, e de outro os Republicanos, contrários a tais medidas (Dunlap, McGrith e Yarosh 2016).

modelos de governança global das questões climáticas (Franchini, Viola e Barros-Plataiu 2017) e o desenvolvimento de tecnologias adequadas à nova realidade ambiental (Leff 2015, 2017; Jacobbi e Giatti 2017).

2. Os fatores internos que influenciaram a adesão dos partidos à agenda ecoliberal

No Brasil, os antecedentes do movimento ecológico remetem a 1958, quando foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, a qual, como expressa o próprio título, possuía caráter exclusivamente conservacionista (Viola e Leis 1992). Contudo, as primeiras manifestações públicas contra a degradação do meio ambiente, com propostas oriundas tanto do Estado quanto da sociedade civil, surgem somente no início da década de 1970, coincidindo com o período de debates inaugurados pela Conferência de Estocolmo. É mister assinalar ainda que a emergência do ambientalismo no Brasil não estava vinculada apenas ao contexto e às pressões internacionais, mas também fazia parte de um amplo processo de transformações da complexa realidade nacional da época, abrangendo tanto a esfera política quanto a econômica e a social. Contudo, ressalta Ferreira (1993, 37), que “[...] a influência da Conferência da ONU no Brasil efetuiu-se em pouco tempo apenas para um público mais restrito, alvo da literatura especializada, ou sob inspiração direta de lideranças individuais”.

Isso em muito contribuiu para que, em termos institucionais, o alcance do movimento ambientalista fosse bastante limitado no contexto brasileiro no período posterior à Conferência de Estocolmo. A bibliografia sobre o assunto registra apenas o fato de que existiam “algumas poucas associações que realizavam campanhas de denúncia e conscientização pública de âmbito local, as quais obtiveram mínima repercussão na opinião pública” (Viola 1987; Viola e Leis 1995).

Outras características desta fase do ambientalismo no Brasil são a denúncia e a conscientização pública sobre os problemas ambientais locais e regionais, destacando-se a defesa de parques ecológicos, da fauna e da flora e o combate à poluição urbana. A partir da metade da década de 1980, o movimento ambientalista começa a adquirir maior complexidade, superando a fase do denunciamento. Essa nova etapa também representou uma mudança radical na cultura ambiental, com ênfase para projetos políticos mais abrangentes, a fim de exercer influência sobre as agências estatais, o Poder Legislativo, a comunidade científica e o empresariado, especialmente no Brasil (Viola e Leis 1992).

Esses movimentos perderiam força nos anos de 1980, devido ao início da abertura política, a anistia dos exilados políticos e a emergência de movimentos verdes ancorados mais em estudos técnicos e menos em ideologias. O

Brasil fora impelido para a mesma tendência pelos organismos internacionais, especialmente a ONU, que criticava a falta de instrumentos legais para conter o desmatamento da Amazônia.

Outro dado a ser observado diz respeito à mudança de posição dos ambientalistas brasileiros a respeito da esfera econômica, o que passa a ocorrer de forma mais clara no final da década de 1980. Até então, ecologia e economia eram concebidas como dois campos opostos. Contudo, mais precisamente a partir de 1988, conforme registram Viola e Leis (1992), essa postura mudou significativamente, o que se deve a vários fatores, destacando-se: (a) as contribuições do socioambientalismo, o qual relacionava a ecologia com todos os campos sociais; (b) a influência do pensamento ecológico internacional, o qual atentava para os liames entre economia e ecologia; (c) influência do Relatório Brundtland, que alertava para a necessidade dessa relação. O processo resultou, portanto, de um conjunto de fatores internos e externos.

Conforme Viola e Leis (1992, 1995), essa conjunção de atores e fatores foi possível devido à emergência do *ambientalismo multissetorial*, o qual rompeu as barreiras ideológicas do *ambientalismo bissetorial* e permitiu a constituição de uma rede com a participação de diferentes atores sociais, como movimentos políticos e sociais, empresários, cientistas, agências governamentais ou internacionais. Essa rede é que teria gerado as condições sociais necessárias para a difusão ampla e transversal dos valores ambientalistas, tornando a ecologia um tema de interesse geral.

Segundo os autores mencionados, o ambientalismo bissetorial predominou desde depois da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, com a polarização entre movimentos conservacionistas e o Estado. O ambientalismo multissetorial³ rompeu essa dicotomia ao aglutinar pelo menos oito novos atores sociais, com diferentes graus de integração e interlocução: (1) o ambientalismo conservacionista; (2) o ambientalismo governamental; (3) o socioambientalismo; (4) o ambientalismo dos cientistas; (5) o ambientalismo empresarial; (6) o ambientalismo político; (7) o ambientalismo religioso; (8) o ambientalismo dos educadores.

3 Agripa Faria Alexandre critica a interpretação do movimento ambientalista brasileiro como um movimento histórico e multissetorial. Em contraposição, ele apresenta a tese do *ambientalismo político, seletivo e diferencial* (Alexandre 2000, 2006). O sentido de ambientalismo político está associado à noção de cultura política pública construída historicamente pelo debate ecológico. Seletivo devido às interferências culturais específicas que atuam “de modo diferencial e seletivo segundo a estrutura econômica e estatal do país”. Diferencial porque “consistiu em especificar a forma como valores ecológicos são assimilados e compartilhados na sociedade brasileira” (Alexandre 2006, 168).

Analisando “articuladamente as dimensões político-institucionais e as simbólicas intervenientes na constituição de um movimento ambientalista no Brasil, argumentamos que ela se explica por duas dinâmicas: a interação dos grupos de ativistas com as estruturas de oportunidades políticas e a articulação deles entre si” (Alonso, Costa e Maciel 2007, 167).

Quanto às estruturas de oportunidades políticas, os autores destacam o processo de redemocratização, a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-88 e o contexto político criado pela Rio 92. O primeiro “incentivou a organização de grupos de protestos na sociedade civil, encaminhando a conversão de simpatizantes ambientalistas em ativistas”. A Constituinte “compeliu os ativistas a escolherem entre diferentes estratégias de mobilização disponíveis e os levou a convergirem para uma coalizão de associações, em vez de um partido, como forma prioritária de apresentar suas reivindicações na esfera pública”. Já a Rio-92 “impingiu à coalizão de associações a negociação de um único frame, cujo significado pudesse ser compartilhado pelo movimento como um todo” (Alonso, Costa e Maciel 2007, 167).

Do ponto de vista da institucionalização dos movimentos ambientalistas e a consequente incorporação de suas pautas pelos partidos políticos no Brasil, um aspecto relevante registrado na literatura diz respeito à atuação dos diretórios estaduais e municipais do PV, a partir do contexto de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988 (Vieira 2016). Se a criação do PV, em 1986, foi motivada por fatores externos, como vimos anteriormente, a institucionalização e ramificação do partido pelas demais unidades da federação foi um processo diferenciado, com maior articulação com os movimentos ambientalistas locais e regionais, especialmente na Região Sudeste (Santos 2008). Entretanto, a atuação do PV não se limitou a essas regiões, como demonstra Vieira (2016), ao analisar a institucionalização dos movimentos ecológicos e sua aproximação com o PV na região Nordeste.⁴

Outro aspecto relevante identificado na literatura sobre a institucionalização dos movimentos ecológicos brasileiros ainda durante o regime autoritário, diz respeito à interlocução direta desses movimentos com instituições do Estado, dispensando a medição partidária. Esse processo foi facilitado por algumas características específicas dos movimentos ecológicos, já que:

O fato é que o movimento ambientalista permitia a articulação de consensos e alianças entre os atores, grupos de interesse e conflitos existentes dentro deste cenário de disputas [...]. Dito de outro modo, o movimento

4 O PV foi fundado em 1986, na cidade do Rio de Janeiro, resultado da reunião de ex-exilados políticos, como ecologistas, artistas, intelectuais e ativistas do movimento antinuclear.

ambientalista estabelecia uma dinâmica de ação pouco agressiva ao Estado autoritário e esse caráter pouco ofensivo permitiu ao movimento uma maior articulação com o Estado [...]. Essas iniciativas, antes de significar um comprometimento efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, serviram como uma tentativa de atenuar a imagem negativa que o governo deixou no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. (Vieira 2016, 120)

A aproximação com o Estado é considerada uma relevante faceta da institucionalização dos movimentos ambientalistas no Brasil e em países vizinhos, gerando o que Gudynas (1992) denomina como uma *extraña pareja*. Entretanto, o autor aponta mais dois aspectos igualmente relevantes: em primeiro lugar, a institucionalização não-estatal, com a participação de movimentos ligados a sindicatos, partidos e entidades não-governamentais, e, em segundo lugar, a opção pela não-institucionalização, com a recusa de alguns movimentos a serem cooptados pelo Estado, partidos e outras instituições políticas (Scagliola 2002).

A aproximação dos partidos com os movimentos ambientalistas, contudo, é considerado um fenômeno tardio no Brasil e na América Latina. Segundo a avaliação do autor, em termos ambientais, os partidos têm sido atores políticos secundários:

Los partidos latino-americanos han llegado tarde a la cuestión ambiental: su acción ha sido más reactiva que proactiva, superada tanto por arriba como por abajo por la realidad. Por arriba, a partir de la consolidación de una agenda global que busca contrarrestar los efectos de la degradación del medio ambiente; por abajo, por la emergencia cada vez más recurrente de conflictos ambientales locales. En ambos casos, han prevalecido otros instrumentos de incidencia ciudadana como las redes globales o transnacionales de organizaciones no gubernamentales o las organizaciones vecinales inmersas en conflictos ambientales. (Scagliola 2002, 8)

Apesar de serem reconhecidos como atores secundários, o autor ressalta que houve uma participação significativa, não só dos chamados partidos verdes, como no caso do PV no Brasil, mas também da adesão de outros partidos de esquerda, em função de alianças eleitorais, a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Verde (PV). Mesmo não sendo um partido ecológico, o PT é apontado na literatura como um partido “con vínculos históricos importantes con el ecologismo” (Scagliola 2002, 9). Além da criação do Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores, em 1995, o autor menciona o entusiasmo pessoal de Luiz Inácio Lula

da Silva com o tema, ao defender publicamente a inclusão de um capítulo sobre meio ambiente no programa partidário do PT, em 2002.

A decisão de incluir um capítulo sobre o tema nos programas partidários é considerada pelo autor um indicativo relevante, expressão de uma tentativa de alinhamento com as tendências partidárias internacionais e com a opinião pública nacional. Para o autor, “los capítulos ambientales de los programas partidários muestran progresos en la incorporación de nuevos instrumentos de gestión ambiental, así como el reconocimiento de la necesidad de pensar políticas ambientales integrales y transversales a las demás políticas públicas” (Scagliola 2002, 16).

Dessa forma, a agenda verde tornou-se um tema partidário transversal, unido direita, centro e esquerda, especialmente quanto às propostas vinculadas à dimensão econômica da sustentabilidade, visto que “la mayoría de las propuestas partidárias apuestan al crecimiento económico como eje articulador del modelo de desarrollo. Y esto cruza a los partidos de todo el espectro ideológico de izquierda a derecha” (Scagliola 2002, 12).

3. Do conservacionismo radical ao ambientalismo liberal

A literatura apresenta ampla variedade de classificações do ambientalismo, contemplando inclusive as divisões internas de cada vertente (Martínez 2015). Considerando as nomenclaturas mais usadas, apresentamos um quadro-resumo com as principais vertentes, até chegar ao ambientalismo liberal (quadro 2).

É importante destacar que a concepção de ambientalismo liberal surge no âmbito do conceito de desenvolvimento sustentável, cuja matriz é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente, já que:

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente, era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que atendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas em que o patrimônio natural passava a ser um bem. (Carvalho 1991, 11)

Trata-se, portanto, nas palavras de Boaventura Sousa Santos (2010, 275), de um “processo de politização do espaço da produção”, que tem o objetivo de construir uma narrativa favorável às propostas de redefinição do desenvolvimento econômico sem perder seu caráter liberal.

A corrente ambientalista liberal entende, “tanto do ponto de vista econômico, quanto político, que o mercado é o meio mais eficiente para resolver as questões ambientais” (Salles 2006, 57). Nessa visão, “o bem de todos, inclusive o bem relativo ao meio-ambiente natural, pode ser promovido e garantido através da livre operação da economia de mercado com suas leis internas” (Rodrigues 2006, 169). A gestão responsável do ambiente não exclui o lucro. Ao contrário, por ser fonte de lucro, a natureza deve ser governada e gerenciada como um negócio rentável e economicamente responsável (Steinberg 2010).

Uma questão política central, essa perspectiva “é a de cessar os danos ambientais sem diminuir as liberdades individuais, e sem provocar conflitos entre a vontade particular, a da maioria, e o bem comum ou vontade geral” (Salles 2006, 59). Na visão do autor, mesmo que supervalorize o mercado, o ambientalismo liberal

Admite a presença do Estado como instrumento de regulação das relações ambientais e de produção, para estruturar uma estratégia de sustentabilidade na produção, reservando-lhe espaço para adotar medidas de cunho administrativo, tarifárias, e formar parcerias público-privadas, sempre na condição de guardião hierárquico das tradições e valores, da lealdade, por exemplo, e de responsável por afastar as tentações comerciais e inventividade. (Salles 2006, 60)

Os defensores do ambientalismo liberal “consideram toda intervenção governamental no livre funcionamento da economia indesejável e ineficiente”. Para eles, “a função essencial do Estado é a proteção da vida, da liberdade e dos direitos vinculados à propriedade” (Rodrigues 2006, 169). Apesar das críticas ao liberalismo ambiental, considerado incompatível com a proteção efetiva da natureza (Wissenburg 1998, Maestri 2013), o avanço das ideias e projetos ecológicos de cunho liberal tem sido considerável, desencadeando um processo que resulta “no capital tingido de clorofila” (Santos 2009, 17).

O ponto a ser ressaltado nas propostas de ambientalismo liberal está no fato de que elas se orientam pelo interesse humano, pelo interesse econômico ou político, apoiando-se em uma ética de gestão ambiental. Assim, acredita-se que “a crise ecológica possa se resolver com recursos estritamente econômicos, por exemplo, a privatização dos recursos hídricos, a mercantilização do ambiente e das espécies vivas, sem que seja necessário redefinir a posição das sociedades humanas na sua relação com a natureza” (Farhi Neto 2006, 162).

Se o ambientalismo surge como crítica ao capitalismo, com o passar do tempo, começam a surgir propostas menos radicais, fruto das retóricas de conciliação entre economia e ecologia. Essa tendência passou a interessar

principalmente os partidos políticos sem tradição ecológica, mas com penetração política mais abrangente e presença nas disputas eleitorais, seja por meio de candidaturas próprias ou de coligações. Os partidos verdes genuínos, por sua vez, continuam críticos do capitalismo, mas sem possibilidades de interferir no sistema econômico e com pouca presença na competição eleitoral e, quando concorrem a eleições, apresentam poucas chances de vitória, exceto para alguns cargos no parlamento (Martínez 2015).

Quadro 2. Síntese das correntes ambientalistas que precederam o ambientalismo liberal

	Vertentes	Características
1	Ecoconservacionismo	Perspectiva biocêntrica, que representa a natureza como um bem comum a ser contemplado, admirado e conservado na sua forma natural selvagem.
2	Ecopreservacionismo	Visão biocêntrica, porém utilitária, que vê a natureza como fonte de recursos para assegurar a qualidade da vida humana.
3	Ecologia política ou ecopolítica	O mundo urbano é incluído na problemática ambiental. As causas da degradação ambiental são atribuídas ao desenvolvimento capitalista e ao estilo de vida moderno.
4	Ecosocialismo ou ambientalismo radical	Vertentes ecológicas de orientação esquerdista, especialmente as de conotação marxista e socialista.
5	Ecologia profunda	Perspectiva ecofilosófica que compreende a relação entre cultura e natureza de forma abrangente e sistêmica, integrando humanos e não-humanos.
6	Socioambientalismo	Tematização dos problemas ambientais pelas ciências humanas e sociais, enfatizando a relação entre processos socioculturais e naturais.
7	Ambientalismo liberal	Inserção da perspectiva ecológica no sistema capitalista por meio da noção de desenvolvimento sustentável.

Fonte: elaboração própria, com base em Farhi Neto 2006, Salles 2006, Martínez 2015.

O ambientalismo liberal como alternativa partidária surge como resultado de uma confluência de fatores, como a viabilidade eleitoral, mediante o crescimento do chamado voto verde e a crescente institucionalização das propostas políticas ecológicas, fruto da convergência entre movimentos ecológicos e partidos políticos dispostos a abrigar as demandas desses movimentos em seus programas partidários, em função da popularização da agenda ambiental perante a opinião pública (Sáiz 2014). Na avaliação do autor, a adesão de partidos sem tradição ecológica constituiu uma estratégia pragmática para atuação

nas arenas políticas, em função da projeção social dos discursos ambientais e da centralidade do tema nos debates políticos.

4. Metodologia

A metodologia foi baseada na avaliação dos programas dos 35 partidos registrados na Justiça Eleitoral, com o propósito de mapear de que forma as temáticas ambientais são incorporadas pelos programas dos partidos. O levantamento foi realizado no período de agosto a outubro de 2016. Os partidos examinados constam no Quadro 3, com a classificação entre ambientalistas liberais (13), radicais (6), ecologistas sistêmicos (2) e aqueles que ainda não aderiram a nenhum tipo de discurso ecológico (14). Essa classificação foi construída pelo autor, após a análise de conteúdo dos programas partidários. A análise de conteúdo (AC) consiste em um método de classificação e categorização, a partir dos sentidos dos textos analisados. Trata-se de um recurso que tem como base a descrição do conteúdo das mensagens analisadas (Bardin 2009).

Os programas partidários foram escolhidos como fonte de informação para a análise proposta por constituírem os documentos centrais para a apresentação das propostas políticas das agremiações, tanto do ponto de vista normativo quanto da práxis política. Assim, os programas partidários servem para demarcar o espaço de atuação de cada partido, definido suas prioridades, visões de mundo e formas de atuação em cada área temática, a exemplo do meio ambiente e da sustentabilidade. Os programas são documentos que definem o espaço de atuação política das legendas perante seus concorrentes partidários e o eleitorado (Scagliola 2002).

Além disso, os programas partidários revelam programas políticos, agendas temáticas e propostas de ação (Leal 2008; Belchior 2008). Ademais, os programas constituem as preferências políticas das agremiações, instrumentos pelos quais “os partidos competem enfatizando temas diferentes”, visto que “cada partido seleciona questões de uma agenda universal para concentrar atenção e esforços de campanha, formular propostas de políticas e priorizar nos governos”. Cada partido “escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade” (Tarouco e Madeira 2013, 153). Os programas revelam “ênfases programáticas”, tomadas como “o corpo de preferências ou intenções do partido”. Isso significa que tais documentos revelam “a imagem que o partido produz a seu próprio respeito” diretamente influenciados “pela agenda eleitoral e pelo cálculo estratégico da disputa, esses textos tornam-se especialmente válidos como indicativos da posição política dos partidos” (Tarouco e Madeira 2013, 153).

Com base na análise de conteúdo dos documentos mencionados, classificamos os programas dos partidos em três categorias:

1. **Ambientalistas liberais:** partidos que defendem o desenvolvimento sustentável, com base na conciliação entre desenvolvimento econômico e exploração dos recursos naturais, com ênfase na sustentabilidade econômica.
2. **Ambientalistas radicais:** partidos que criticam o uso da natureza como fonte de recursos econômicos e que consideram o ecologismo inconciliável com a economia de mercado, com ênfase na sustentabilidade ecológica.
3. **Ambientalistas sistêmicos:** partidos que se situam em um campo intermediário entre o ambientalismo liberal e o radical, eles defendem o desenvolvimento sustentável e a economia verde, mas de forma integrada com outras dimensões da sustentabilidade e da cidadania ecológica, como o combate à pobreza, o respeito aos direitos humanos e a participação democrática nos processos decisórios relacionados à agenda verde.

Neste trabalho, optou-se pelo aprofundamento do perfil e das propostas dos ambientalistas liberais⁵, por se tratar do discurso predominante entre os partidos políticos brasileiros atualmente, pautados na retórica do crescimento econômico sustentável. Em outras palavras, o ambientalismo liberal defende a economia verde como solução para a crise ambiental.

Quadro 3. Partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁶

	Sigla	Legenda	Registro	Espectro Ideológico
AMBIENTALISTAS LIBERAIS				
1	PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro	30.6.1981	Centro
2	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro	3.11.1981	Centro
3	PT	Partido dos Trabalhadores	11.2.1982	Esquerda
4	DEM	Democratas	11.9.1986	Direita
5	PSB	Partido Socialista Brasileiro	1.7.1988	Esquerda
6	PPS	Partido Popular Socialista	19.3.1992	Esquerda
7	PP	Partido Progressista	16.11.1995	Centro
8	PSDC	Partido Social Democrata Cristão	5.8.1997	Direita

5 A pesquisa é mais ampla e pretende analisar os ambientalistas radicais e sistêmicos em outro artigo.

6 Os partidos estão ordenados a partir da data de registro na Justiça Eleitoral. Usamos aqui a classificação de Tarouco e Madeira (2008).

	Sigla	Legenda	Registro	Espectro Ideológico
9	PRB	Partido Republicano Brasileiro	25.8.2005	Centro
10	PSD	Partido Social Democrático	27.9.2011	Centro
11	PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional	24.9.2013	Direita
12	SDD	Solidariedade	24.9.2013	Centro
13	PEN	Partido Ecológico Nacional	19.6.2012	Direita
AMBIENTALISTAS RADICAIS				
1	PDT	Partido Democrático Trabalhista	10.11.1981	Esquerda
2	PCdoB	Partido Comunista do Brasil	23.6.1988	Esquerda
3	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	19.12.1995	Esquerda
4	PCB	Partido Comunista Brasileiro	9.5.1996	Esquerda
5	PCO	Partido da Causa Operária	30.9.1997	Esquerda
6	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade	15.9.2005	Esquerda
ECOLOGISTAS SISTÊMICOS				
1	PV	Partido Verde	30.9.1993	Centro
2	REDE	Rede Sustentabilidade	22.9.2015	Centro
PARTIDOS QUE NÃO ADERIRAM À AGENDA VERDE				
1	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira	24.8.1989	Centro
2	PTC	Partido Trabalhista Cristão	22.2.1990	Direita
3	PSC	Partido Social Cristão	29.3.1990	Direita
4	PMN	Partido da Mobilização Nacional	25.10.1990	Centro
5	PRP	Partido Republicano Progressista	29.10.1991	Centro
6	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil	11.10.1994	Centro
7	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro	28.3.1995	Direita
8	PHS	Partido Humanista da Solidariedade	20.3.1997	Centro

	Sigla	Legenda	Registro	Espectro Ideológico
9	PTN	Partido Trabalhista Nacional	2.10.1997	Centro
10	PSL	Partido Social Liberal	2.6.1998	Centro
11	PR	Partido da República	19.12.2006	Centro
12	PPL	Partido Pátria Livre	4.10.2011	Esquerda
13	NOVO	Partido Novo	15.9.2015	Direita
14	PMB	Partido da Mulher	29.9.2015	Centro
TOTAL = 35				

Fonte: elaboração do autor.

Quanto à discussão sobre o espectro ideológico (direita, centro e esquerda), cabe uma ressalva acerca dos obstáculos de se lidar com essa classificação devido à polissemia e à dificuldade de fixar fronteiras ideológicas, como registram Bobbio (1995), Giddens (2010), Bresser-Pereira (2006), Tarouco e Madeira (2013), entre outros. Apesar de se tratar de uma classificação questionável, sobretudo quanto à polarização entre direita e esquerda, além de suas possíveis variações e subdivisões, ainda é um recurso muito usado nos estudos contemporâneos (Tarouco e Madeira 2013; Scheeffer 2014).

Em linhas gerais, o centro é considerado uma posição ideológica intermediária, enquanto a esquerda “representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma”. A esquerda se define em oposição à direita, entendida como o eixo ideológico constituído pelas “forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado” (Scheeffer 2014, 4). Convém enfatizar ainda que uma das principais distinções entre direita e esquerda apontada na literatura é que a primeira é mais alinhada com a defesa das liberdades democráticas e dos direitos individuais, enquanto a segunda tem como foco de atuação a defesa da igualdade e da justiça social (Bobbio 1995; Berlin 2013).

Cabe salientar ainda que a classificação dos partidos do ponto de vista do espectro ideológico tem aplicação útil para a análise dos programas partidários. Como se vê no Quadro 1, os partidos classificados como “ecologistas radicais” são todos de esquerda, enquanto os “ecologistas sistêmicos” (PV e Rede) são todos de Centro. Os “ambientalistas liberais” albergam agremiações de espectros ideológicos variados, com predomínio de centro e direita.

Antes da análise dos dados, são apresentadas algumas informações a título de contextualização do estudo, a fim de situar como a agenda ambiental foi incorporada pelos partidos políticos.

5. O ambientalismo liberal nos programas partidários brasileiros

Dos 35 partidos, 22 incluem temáticas da agenda ambiental em seus programas. Como mostra o Quadro 3, o ambientalismo liberal reúne principalmente partidos de centro (seis), seguido dos de esquerda (três) e direita (três). Do total de partidos, dez dedicam um capítulo de seu programa à questão ambiental, enquanto quatro inserem o tema de forma avulsa, geralmente no capítulo sobre desenvolvimento econômico (Quadro 4).

Quadro 4. Inserção de temáticas ambientais liberais nos programas partidários

	Partido	Inserção no Programa	Tipo
1	PMDB	Sim	Capítulo
2	PTB	Sim	Avulso
3	PT	Sim	Capítulo
4	DEM	Sim	Capítulo
5	PSB	Sim	Capítulo
6	PPS	Sim	Capítulo
7	PP	Sim	Capítulo
8	PSDC	Sim	Capítulo
9	PRB	Sim	Capítulo
10	PSD	Sim	Avulso
11	PROS	Sim	Capítulo
12	SDD	Sim	Avulso
13	PEN	Sim	Avulso

Fonte: elaboração do autor.

5.1 Eixos temáticos do ambientalismo liberal destacados nos programas partidários

A análise de conteúdo permitiu o mapeamento dos temas centrais dos programas partidários e os termos-chave, revelando o desenvolvimento com sustentabilidade econômica como prioridade para os partidos com o perfil de ambientalistas liberais (Quadro 5). Nesse caso, ressalta-se a dimensão da sustentabilidade

econômica, segundo a terminologia de Ignacy Sachs⁷ (1993), focada na eficiência e na alocação e gestão de recursos extraídos da natureza, além de racionalidade nos investimentos. Esses requisitos contemplam diretamente as ideias contidas nos programas dos partidos defensores do crescimento econômico.

Quadro 5. Perfil dos partidos ambientalistas liberais

Tipo de Sustentabilidade predominante	Propostas de políticas ambientais contidas nos programas	Termos-chaves nos programas
Sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> › Adoção de mecanismos para conciliar crescimento econômico e sustentabilidade; › Ampliação da infra-estrutura para aproveitamento dos recursos bio-energéticos; › Geração de empregos verdes; › Implantação de sistemas de compensação de serviços ambientais; › Incentivo às atividades produtivas; › Planejamento para a sustentabilidade; › Política industrial com sustentabilidade; › Priorização de energias renováveis. › Promoção da mobilidade urbana. 	Crise ambiental, desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável, energia renovável, monitoramento ecológico, progresso econômico, prosperidade econômica, responsabilidade ambiental, uso racional dos recursos renováveis, vigilância ambiental.

Fonte: elaboração do autor.

Segundo o modelo de governança liberal, o Estado exerce um papel central como ator das políticas ambientais propostas pelos partidos. Trata-se de uma concepção próxima à ideia de Giddens (2010, 96) de *Estado assegurador*, ou seja, significa que “o Estado é responsável por monitorar os objetivos políticos e por procurar certificar-se de que eles se concretizem de forma visível e aceitável”.

7 O autor destaca cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica, ecológica, espacial/geográfica e cultural. A sustentabilidade espacial refere-se às políticas para a ocupação do solo e a relação campo-cidade, por exemplo. A sustentabilidade cultural consiste no respeito às tradições, a comunidades nativas e ao patrimônio cultural. Os programas analisados não se detêm em propostas para as duas últimas dimensões.

Trata-se de uma visão similar desenvolvida por Sachs (2007) em seu conceito de ecossocioeconomia, segundo o qual o Estado também exerce papel central na definição de políticas de desenvolvimento sustentável em áreas estratégicas, como inovação tecnológica, industrial e energética.

5.1.1 Detalhamento da análise de conteúdo dos programas partidários

No caso do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o programa partidário⁸ propõe “um novo modelo de desenvolvimento”, com base em uma política de desenvolvimento autossustentado “centrada na ideia de que o desemprego é, hoje, o nosso fator mais grave de poluição e degradação ambiental” (PMDB. Programa partidário, sem paginação). O foco da proposta está na revisão das políticas para os setores agrícola, hídrico, energético, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, segundo o programa do PMDB, seria possível maior inserção competitiva do Brasil na economia internacional.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) atribui ao Estado a responsabilidade pela promoção de medidas em prol desse modelo de desenvolvimento, incluindo ainda o monitoramento ecológico, a fiscalização de políticas de vigilância sanitária e de qualidade ambiental no meio urbano e nos contextos rurais. A legenda também prioriza o desenvolvimento combinado com a preservação dos recursos naturais, conforme consta no item V de seu programa partidário⁹:

O PTB considera imprescindível que a exploração dos recursos naturais seja feita de maneira racional, estabelecendo-se o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção do meio ambiente. Fiel ao princípio do desenvolvimento sustentado, o PTB entende ainda que o meio ambiente e os recursos naturais constituem patrimônio do homem e defende sua exploração racional, de tal forma que sejam legados através das gerações. (PTB. Programa partidário, sem paginação)

No programa do PT¹⁰, há um capítulo intitulado “Sustentabilidade”, cujo foco é a “construção de um modelo de desenvolvimento que contemple os aspectos democráticos, econômicos, sociais e ambientais”. O objetivo desse modelo é promover crescimento econômico, erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e ampliação da democracia. Segundo o texto:

8 PMDB. Programa Partidário. URL: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-pmdb-aprovado-em-18-12-2017>

9 PTB. Estatuto Partidário. 2016. URL: <https://ptb.org.br/PTB/estatuto>

10 PT. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/05/DIRETRIZES-PROGRAMA-DE-GOVERNO-DILMA-PRESIDENTE-20141.pdf>

São exemplos internos, que dão suporte a nossas posições internacionais, nosso empenho contra o desmatamento, o incremento de nossa matriz energética renovável, nossas práticas e políticas sustentáveis na agricultura e na indústria. Não precisa existir contradição entre crescer, incluir, proteger e conservar. (PT. Programa de Governo, sem paginação, grifos do autor)

O programa do PT limita-se ao que foi transcrito acima, sem detalhar as propostas para o setor. Infere-se, contudo, pelo teor das proposições, que serão priorizadas as áreas de agricultura, indústria e energia. Apesar de mencionar elementos típicos da sustentabilidade social e ecológica, como erradicação da pobreza, preservação do meio ambiente e ampliação da democracia, esses termos ficam sem detalhamento no texto. Funcionam mais como ornamento do que como proposta política no sentido estrito. O Estado também aparece como garantidor das diretrizes e princípios de desenvolvimento.

O foco do documento do PT é, visivelmente, no crescimento econômico, o que reflete uma preocupação sobre as condições de governabilidade, visto que se trata de um partido que elegeu o titular do Poder Executivo federal e uma expressiva bancada no Congresso Nacional. A ênfase nos setores agrícola e industrial justifica-se pelo peso que ambos exercem na economia brasileira, responsáveis, respectivamente, por 23% e 24,9% do Produto Interno Bruto (PIB). Considerando o ano de 2013, conforme levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹, o resultado da soma dos dois segmentos (47,9%) é quase a metade do PIB brasileiro. O componente energia é indispensável para o crescimento econômico, especialmente no campo da indústria.

No programa partidário do Democratas (DEM)¹², as propostas ambientais são contempladas no rol dos princípios do partido, cujo propósito é:

Propugnar por um desenvolvimento que vise à realização integral do homem, a partir de um processo de mudança qualitativa nas relações sociais, voltado para a prosperidade econômica, equidade social e equilíbrio regional, assentado em um relacionamento harmonioso com o nosso patrimônio ecológico e consentâneo com nossa cultura. (DEM. Princípios do Democratas, 2)

11 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisas e indicadores. URL: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/indicadores.php>_Acesso em 19/10/16.

12 Democratas. Programa de Governo. 2016. URL: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>

O programa do Partido Socialista Brasileiro (PSB) é o mais abrangente e o mais detalhado no eixo temático do desenvolvimento econômico. O texto contempla “uma agenda de mudanças profundas na forma de fazer política e no modelo de desenvolvimento social e econômico”. Isso implica “um modelo de desenvolvimento profundamente comprometido com a democracia e com a sustentabilidade”, além de “planejar uma transição estratégica para o desenvolvimento de novo tipo”. Conforme o texto, é necessário “posicionar o Brasil na realidade global, marcada por crise ambiental”. Para a legenda, é mister aproveitar a privilegiada condição do Brasil, como país detentor de um reconhecido patrimônio natural e diversidade cultural.

Segundo o programa do PSB, a política ambiental terá como principal diretriz o desenvolvimento econômico sustentável, discutindo com a sociedade, parlamento e entes federados um conjunto de metas socioambientais de curto, médio e longo prazos para o País. “Essas metas deverão incorporar os limites ecossistêmicos, de um lado, e o potencial estratégico da nossa biodiversidade e dos recursos naturais renováveis” (16). O programa da legenda apresenta um conjunto amplo de propostas para a governança ambiental, envolvendo diversas áreas, como economia verde, energia, mobilidade urbana, política industrial e economia do conhecimento e da inovação.

Na mesma linha, o Partido Popular Socialista (PPS)¹³ se declara “humanista, socialista e ambientalista”. Por essa razão, “constitui objetivo permanente do partido a ampliação da democracia e a valorização da cidadania no processo de construção de uma sociedade socialista plural, ecologicamente equilibrada e autossustentável”.

No programa do Partido Progressista (PP),¹⁴ a preservação do meio-ambiente é apresentada como um dos princípios progressistas, embora não haja detalhamento das propostas da legenda quanto a isso.

O Partido Social Democrata Cristão (PSDC)¹⁵ inclui o assunto no tópico sobre os seus objetivos no plano social, com o propósito de “proteger o meio ambiente e assegurar a todos o direito de usufruir a natureza sem agredi-la”.

O programa do Partido Republicano Brasileiro (PRB) contempla a agenda ambiental no âmbito de seus princípios básicos republicanos¹⁶, no plano da política econômica: “A política econômica deve visar ao desenvolvimento econômico e social, mediante a utilização plena e soberana dos recursos humanos e materiais da sociedade, dentro de critérios responsáveis em relação ao meio ambiente” (PRB. Programa Partidário, sem paginação).

13 PPS. Programa Partidário. 2016. URL: <http://docs.pps.org.br/18congresso-estatuto-autenticado.pdf>

14 PP. Programa Partidário. 2016. URL: http://www.pp.org.br/2056/Documentos/ProgramaPartidario_261600/

15 PSDC. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.psd.org.br/sobre-nos/programa/>

16 PRB. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.prb10.org.br/o-partido-republicado-brasileiro/programa/>

O partido atribui ao Estado o papel de promover o desenvolvimento socioeconômico autossustentado, seguindo critérios razoáveis de responsabilidade ambiental. O texto, porém, não apresenta o teor dos critérios mencionados.

O Partido Social Democrático (PSD) incorpora o tema no rol de seus princípios e valores¹⁷: “O PSD apoia e defende a preservação do meio ambiente como fator de sobrevivência do homem e da própria vida do planeta. É possível alargar as fronteiras da produção, de maneira sustentável e responsável” (PSD: princípios e valores, sem paginação).

O Programa do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) apresenta genericamente sua missão de proteger os recursos naturais, a fim de “assegurar um ambiente ecologicamente equilibrado às atuais e futuras gerações, permitindo assim o potencial evolutivo da humanidade, minimizando conflitos em torno dos recursos naturais”. Ainda segundo o texto, o partido “compromete-se a estimular a integração da estrutura urbana com a vida, o trabalho e a mobilidade dos indivíduos de forma digna, rápida, confortável, segura e econômica. O partido deseja levar às cidades brasileiras uma rede de transporte público multimodal, integrado e menos poluente”¹⁸.

No programa do Solidariedade (SDD) está escrito que o partido “visa promover políticas de defesa do Meio Ambiente em comunhão com o desenvolvimento sustentável no intuito de que não falte recursos naturais a gerações futuras. A Agricultura familiar também tem papel importantíssimo no agronegócio brasileiro e é responsável por 70% de todo o alimento consumido no País”¹⁹.

O programa do Partido Ecológico Nacional (PEN), por sua vez, é similar a um manifesto, embora seja denominado “Proposta Ecológica”²⁰, segundo a qual:

O Partido Ecológico Nacional nasce para cumprir uma missão. Para preencher um espaço vazio no cenário político brasileiro. Embora o viés ambiental, felizmente, venha aos poucos encontrando espaço no programa político-partidário de algumas agremiações, denota-se que na maioria das vezes o que se percebe são iniciativas isoladas, ações pontuais e nenhum processo de continuidade. Mesmo naquelas criadas para tutelar o meio ambiente o ideal cedeu aos interesses políticos, enfraquecendo as bases e empobrecendo o louvável ideal que um dia marcaram suas lutas. (PEN. Programa Partidário, sem paginação)

17 PSD. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.psd.org.br/principios-e-valores/>

18 PROS. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.pros.org.br/nucleos/>

19 SDD. Programa Partidário. 2016. URL: <http://www.solidariedade.org.br/secretarias/meio-ambiente-desenvolvimento-sustentavel-e-agricultura-familiar/>

20 PEN. Programa Partidário. 2016. URL: http://www.pen51.org.br/mandamentos.php#.U71Oc_ldWLE

Conclusões

A análise mostra que é expressiva a quantidade de programas partidários que se enquadram na categoria ambientalistas liberais. Chama atenção a adesão de legendas de grande porte, como o PMDB, o PT e o PSB. Trata-se de partidos comprometidos com pautas de governança ambiental atrelada ao progresso econômico e ao desenvolvimento de setores considerados estratégicos para a economia brasileira, como agropecuária, indústria, energia, ciência e tecnologia. Trata-se de um discurso que visa a promover o crescimento econômico pela via do “progresso sustentável”, mas as políticas de proteção da natureza ficam em segundo plano.

Diante disso, cabe indagar: o que efetivamente esses partidos entendem por desenvolvimento sustentável? Qual é a relação entre ambientalismo e a identidade partidária? Quais são os vínculos desses partidos com os movimentos sociais de orientação ecológica? São questões cujo aprofundamento carece de mais pesquisas e de um acompanhamento continuado das propostas inseridas em seus programas partidários.

A dimensão da sustentabilidade econômica é acionada como estratégia para legitimar a retórica liberal da sustentabilidade ambiental e aumentar a visibilidade das legendas, visto que é notória a adesão política dos eleitores à agenda verde, uma agenda igualmente multifacetada e com perfis eleitorais variados (Barros 2015b). Essa perspectiva é coerente com os estudos que apontam para uma tendência de requalificação dos partidos, o que implica redefinições, atualização e adaptação aos novos contextos.

Isso não implicaria, portanto, enfraquecimento ou declínio das legendas, mas uma redefinição de suas funções e de seus modos de atuação e operação política (Amaral 2013). Caberiam, entretanto, análises mais pormenorizadas para aprofundar questões decorrentes dessas dinâmicas de requalificação dos partidos e de adaptação às novas agendas e circunstâncias políticas. Afinal, até que ponto a adesão das legendas à agenda verde pode ser considerada uma estratégia eficaz nesse sentido? Quais são os impactos eleitorais da incorporação dos discursos ecológicos liberais pelos programas partidários no contexto recente? Como os eleitores respondem a essas estratégias das legendas?

Em todos os programas partidários, o Estado é visto como um ator que deve ser instrumentalizado para a execução das propostas ecológicas, segundo a concepção de Giddens (2010), no que se refere ao *Estado assegurador*. A centralidade do papel do Estado é um aspecto que chama atenção nas propostas constantes nos programas partidários. O Estado aparece como guardião das políticas de sustentabilidade e de uma nova cultura ambiental, além de agente de construção de uma nova ordem econômica sustentável, nos termos do ambientalismo liberal.

O Estado é legitimado pelo discurso das legendas como ator-chave no processo de formulação e de implementação das políticas públicas ambientais, como energias limpas, redução de poluentes, entre outros temas que constituem o cerne da agenda ecológica liberal. Em suma, os partidos se apresentam como caixa de ressonância da sociedade civil, como intérpretes e tradutores das novas causas oriundas dos movimentos sociais e ecológicos, mas atribuem ao Estado a função de transformar essas causas em políticas públicas e assegurar sua execução.

A baixa consistência de alguns programas mostra que existe uma tendência dos partidos de aderir à agenda verde de modo menos enfático e sistemático. Apesar disso, abraçar as causas verdes, mesmo que não seja uma prioridade do partido, torna-se uma estratégia para aumentar a visibilidade na arena eleitoral, talvez por um imperativo político contextual e pela própria concorrência partidária.

A constatação de que um determinado partido inclui propostas de governança ambiental, instiga os demais a fazerem o mesmo. A competição conduz a padrões similares, com ênfase a alguns focos que se repetem, como a própria ideia de sustentabilidade, com o objetivo de adotarem estratégias focadas em articular conexões com os mesmos públicos do mercado eleitoral (Barros 2015b). Trata-se, portanto, de uma escolha estratégica para responder a uma demanda contextual que adquiriu relevância inclusive do ponto de vista eleitoral, como mostram os estudos de Sainteny (1994) e Duverger (2011). A inclusão de temáticas ecológicas no programa partidário pode ser interpretada, portanto, como estratégia para fortalecer a reputação pública das legendas (Barros 2015a).

Cabe reiterar que a inserção das pautas ambientais na agenda e no programa dos partidos políticos deve ser compreendida como um fenômeno social e culturalmente construído, ou seja, resultante das relações entre os diferentes sujeitos e atores sociais e políticos, representados por múltiplos polos de interesse, tais como o Estado, a sociedade civil, os movimentos sociais e a comunidade científica, como foi ressaltado na primeira parte do texto. Ao deixar de ser uma *questão outsider* e se tornar uma *questão estabelecida* (Giddens 2010), a agenda verde foi incorporada gradativamente ao discurso político partidário como forma de assegurar espaço na arena eleitoral. Trata-se de uma tentativa de construir uma narrativa política associada à sustentabilidade, a fim de conquistar segmentos do eleitorado que se identificam com a temática.

Referências

1. Alexandre, Agripa Faria. 2000. *A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma contribuição à crítica do movimento*. Florianópolis/Blumenau: EdUFSC, EDIFURB.

2. Alexandre, Agripa Faria. 2006. "O papel dos atores sociais do ambientalismo na reorganização das políticas públicas do Estado brasileiro". *Civitas* 5 (1): 161-183. URL: <http://www.redalyc.org/html/742/74250109/>
3. Almeida, Jalcione e Adriano Premevida. 2014. "Histórico, relevância e explorações ontológicas da questão ambiental". *Sociologias* 16 (35): 14-33. URL: <http://www.redalyc.org/html/868/86830164002/>
4. Alonso, Angela, Valeriano Costa e Débora Maciel. 2007. "Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro". *Novos estudos-CEBRAP* (79): 151-167. URL: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/o8.pdf>
5. Amaral, Oswaldo E. 2013. "O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura". *Debates* 7 (2): 11-32. URL: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2494>
6. Anderson, Terry e Donald Leal. 1998. "Free market versus political environmentalism". Em *Environmental Philosophy: from Animal Rights to Radical Ecology*, coordenado por Michael Zimmerman, 364-374. Nueva Jersey: Prentice Hall.
7. Bardin, Laurence. 2009. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
8. Barros, Antonio Teixeira. 2012. "Dimensão filosófica e política do pensamento ambiental contemporâneo". *Veritas* 57 (1): 92-111. URL: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/11228/0>
9. Barros, Antonio Teixeira e Jorge Pedro Sousa. 2010. *Jornalismo e ambiente*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
10. Barros, Antonio Teixeira. 2015a. "Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde". *Opinião Pública* 21 (3): 693-733. URL: <http://www.scielo.br/pdf/op/v21n3/1807-0191-op-21-3-0693.pdf>
11. Barros, Antonio Teixeira. 2015b. "Agenda Verde Internacional e seus Impactos no Brasil". *Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas* 9: 160-191. URL: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/9698/12559>
12. Barros, Antonio Teixeira. 2017a. "The Internet as environmental media: strategies of Brazilian political parties". *Ambiente & Sociedade* 20 (1): 183-202. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc201501011v20120107>
13. Barros, Antonio Teixeira. 2017b. "Brazil's Discourse on the Environment in the International Arena". *Contexto Internacional* 39 (2): 421-442. <https://doi.org/10.1590/s0102-8529.2017390200011>
14. Beck, Ulrich, Anthony Giddens e Scott Lash. 1994. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp.
15. Belchior, Ana Maria. 2008. "Democracia nos partidos políticos portugueses: Uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos". *Sociologia, Problemas e Práticas* (58): 131-154. URL: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/881>
16. Berlin, Isaiah. 2013. *The power of ideas*. Princeton: Princeton University Press.
17. Bobbio, Norberto. 1995. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Unesp.
18. Bresser-Pereira, Luiz Carlos. 2006. "O paradoxo da esquerda no Brasil". *Novos Estudos-CEBRAP* (74): 25-45.
19. Carvalho, Isabel Cristina M. 1991. "A ecodemocracia". *Revista de Políticas Governamentais* 7 (75): 10-14.

20. Cruz, Diego. 2014. “Combater a destruição ambiental é lutar contra o capitalismo”. *PSTU*, 6 de agosto, URL: <https://www.pstu.org.br/combater-a-destruicao-ambiental-e-lutar-contra-o-capitalismo/>
21. Dunlap, Riley, McCright, Aaron and Yarosh H. Jerrod. 2016. “The political divide on climate change: Partisan polarization widens in the U.S.” *Environment: Science and Policy for Sustainable Development* 58 (5): 4-23. <https://doi.org/10.1080/00139157.2016.1208995>
22. Duverger, Timothée. 2011. *Le Parti Socialiste et l'écologie - 1968-2011*. Paris: Jean Jaurés Fondation.
23. Farhi Neto, Leon. 2006. “Concepções filosóficas ambientalistas: uma análise das diferentes perspectivas”. *International Journal for Moral Philosophy* 5 (3): 33-56.
24. Figueiredo, Eurico. 1993. *Angústia ecológica e o futuro*. Lisboa: Gradiva.
25. Ferreira, Leila da Costa. 1993. *Os fantasmas do vale: qualidade ambiental e cidadania*. Campinas: EdUnicamp.
26. Franchini, Matías, Eduardo Viola e Barros-Platiau, Ana Flávia. 2017. “The challenges of the anthropocene: from international environmental politics to global governance”. *Ambiente & Sociedade* 20 (3): 177-202. <https://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc214v2022017>
27. Giddens, Anthony. 2010. *A política da mudança climática*. Rio de Janeiro: Zahar.
28. Guimarães, Roberto P. 1996. *Ecopolitics in the Third World: an institutional analysis of environmental management in Brazil*. Storrs: University of Connecticut Press.
29. Gudynas, Eduardo. 1992. “Uma extraña pareja: los ambientalistas y el Estado em América Latina”. *Ecología Política* (3): 51-64.
30. Jacobbi, Pedro e Giatti, Leandro Luiz. 2017. “Nexos para a sustentabilidade: a busca por uma nova racionalidade”. *Ambiente & Sociedade* XX (2): 12-24. URL: <http://www.redalyc.org/pdf/317/31752263001.pdf>
31. Leal, Ernesto Castro. 2008. *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
32. Leff, Henrique. 2015. “Political ecology: a Latin American perspective”. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente* (35): 29-64. <https://doi.org/10.5380/dma.v35i0.44381>
33. Leff, Henrique. 2017. “Power-knowledge relations in the field of political ecology”. *Ambiente & Sociedade* 20 (3): 225-256. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asocex0004v2032017>
34. Manin, Bernard. 1995. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 10 (29): 5-34. URL: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_01.htm
35. Martínez, Waldo Barrera. 2015. “El ecologismo como corriente política contemporânea”. *Revista Caribeña de Ciencias Sociales* (12): 2-11. URL: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2015/12/ecologia.html>
36. Maestri, Enrico. 2013. “Political liberalism and ecological responsibility: is conceptually sustainable the ‘green giberlism’? *Journal of interdisciplinary studies* 6 (1): 90-121. URL: <https://governarelapaura.unibo.it/article/view/4135>
37. Panebianco, Angelo. 1990. *Modelos de partido*. Madrid: Alianza Editorial.
38. Pepermans, Yves and Maesele, Pieter. 2016. “The politicization of climate change: problem or solution?”. *Wires Climate Change* 7 (4): 478-485. <https://doi.org/10.1002/wcc.405>

39. Ryan, Daniel. 2017. "Politics and climate change: exploring the relationship between political parties and climate issues in Latin America". *Ambiente & Sociedade* 20 (3): 271-286. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asocex0007v2032017>
40. Rohrschneider, Robert and Miles, Matthew. 2015. "Representation through parties? Environmental attitudes and party stances in Europe in 2013". *Environmental Politics* 24 (4): 617-640. <https://doi.org/10.1080/09644016.2015.1023579>
41. Rodrigues, Rodrigo C. 2006. "O ambientalismo liberal e as exigências conceituais de uma ética genuinamente ambiental". *International Journal for Moral Philosophy* 5 (3): 165-177. URL: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/24917>
42. Sachs, Ignacy. 1993. *Estratégias de transição para o século XXI*. São Paulo: Nobel.
43. Sachs, Ignacy. 2007. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.
44. Sáiz, Valencia, A. 2014. *Política y Medio Ambiente*. Cidade do México: Editorial Porrúa.
45. Sainteny, Guillaume. 1994. "Le Parti socialiste face à l'écologisme. De l'exclusion d'un enjeu aux tentatives de subordination d'un intrus". *Revue Française de Science Politique* 44 (3): 424-461. URL: <http://www.jstor.org/stable/43119283>
46. Salles, Paulo Benincá. 2006. "Filiações teóricas do ambientalismo liberal, libertário e socialista". *International Journal for Moral Philosophy* 5 (3): 57-67. URL: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/24867/22008>
47. Santos, Boaventura S. 2010. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.
48. Santos, Cláudio Félix. 2009. "Desenvolvimento sustentável ou do capital 'tingido de clorofila'". *Anais do IV Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo*. São José do Rio Preto, outubro.
49. Santos, Adriana Vitória. 2008. "A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil". Dissertação Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
50. Scagliola, Andrés. 2002. *Crisis de los partidos y crisis ambiental*. Montevideo: Centro Latino Americano de Ecología Social.
51. Scheeffer, Fernando. 2014. "Esquerda e direita: velhos e novos temas". *Anais do 38º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais*. Caxambu, outubro de 2014.
52. Steinberg, Ted. 2010. "Can capitalism save the planet? On the origins of green liberalism". *Radical History Review* (107): 7-24. URL: <https://read.dukeupress.edu/radical-history-review/article/2010/107/7/98780/Can-Capitalism-Save-the-Planet-On-the-Origins-of>
53. Tarouco, Gabriela da Silva e Madeira, Rafael Machado. 2013. "Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos". *Debates* 7 (2): 93-114. URL: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8935/2/Esquerda_e_direita_no_sistema_partidario_brasileiro_analise_de_conteudo_de_documentos_programaticos.pdf
54. Urbinati, Nadia. 2013. "Crise e metamorfoses da democracia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28 (82): 5-16. URL: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a01.pdf>
55. Vieira, Bergson Moraes. 2016. "O movimento ambientalista frente às reconfigurações políticas e sociais no Brasil (1985-2002)". *Estudos de Sociologia* 21 (40): 117-135. URL: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8314/5809>

56. Viola, Eduardo. J. 1987. “O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 1 (3): 21-39.
57. Viola, Eduardo. J. e Leis, Hector. R. 1995. “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio- 92: o desafio de uma estratégia globalista viável”. Em *Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*, coordenado por Eduardo Viola, J., Hector R. Leis, Ilse Scherer-Warren, Júlia S. Guivant, Paulo Freire e Paulo Krischke, 134-160. São Paulo: Cortez.
58. Viola, Eduardo. J. e Leis, Hector. R. 1992. “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável”. Em *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, coordenado por David Hogan e Paulo Vieira, 73-102. Campinas: EdUnicamp.
59. Wissenburg, Marcel. 1998. *The Free and the Green Society: Green Liberalism*. Londres: UCL Press.

Programas partidários citados

60. PMDB. Programa partidário. URL: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-estatuto-do-partido-pmdb-aprovado-em-18-12-2017>
61. PTB. Programa partidário. URL: <https://ptb.org.br/PTB/estatuto>
62. Partido Socialista Brasileiro. Programa partidário. URL: <http://www.psb40.org.br/imprensa/programa.pdf>
63. PT. Diretrizes partidárias. URL: <http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/05/DIRETRIZES-PROGRAMA-DE-GOVERNO-DILMA-PRESIDENTE-20141.pdf>
64. DEM. Princípios do Democratas. URL: <http://www.dem.org.br/wp-content/uploads/2011/01/Principios-do-Democratas.pdf>
65. PRB. Programa partidário. URL: <http://www.prb10.org.br/o-partido-republica-do-brasileiro/programa/>
66. PCdoB. Programa Socialista para o Brasil. URL: http://psb40.org.br/cms/wp-content/uploads/2016/09/PROGRAMA_PSB.pdf
67. PCB. A formação histórica do capitalismo. URL: <http://www.pcb.org.br/portal/docs/historia1.pdf>
68. PDT. Compromissos prioritários. URL: <http://www.pdt.org.br/index.php/estatuto/>
69. PSOL Programa partidário. URL: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/dados/2014/680/BR/MT/3/110000000027/proposta_governo1404489342787.pdf
70. Partido da Causa Operária. Programa partidário. URL: <http://pco.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Programa-PCO-Eleic%CC%A70%CC%83es-Municipais-2016-proposta-Documents-Google.pdf>
71. PSTU. Combater a destruição ambiental é lutar contra o capitalismo. URL: <http://www.afnb.com.br/arquivos/File/ZeMaria%20Programa%20de%20Governo.pdf>
72. PP. Programa partidário. URL: http://www.pp.org.br/2056/Documents/ProgramaPartidario_261600/
73. PPS. URL: <http://docs.pps.org.br/18congresso-estatuto-autenticado.pdf>
74. PSDC. Programa partidário. URL: <http://www.psd.org.br/sobre-nos/programa/>
75. PSD. Princípios e valores. URL: <http://www.psd.org.br/principios-e-valores/>
76. PV. Programa Partidário. URL: <http://pv.org.br/opartido/programa/>
77. PEN. Os 10 mandamentos para um crescimento sustentável. URL: http://www.pen51.org.br/mandamentos.php#.U71Oc_ldWLE

78. SDD. Programa partidário. URL: <http://www.solidariedade.org.br/o-movimento/programa-operacional/>
79. PV. Programa partidário. URL: <http://pv.org.br/opartido/programa/>



Antonio Teixeira de Barros é doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (Brasil). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Formação da Câmara dos Deputados (Brasil). Suas principais áreas de estudo são estudos legislativos, estudos ambientais, parlamento e sociedade, e política e internet. É autor de “Brazil’s Discourse on the Environment in the International Arena”. *Contexto internacional* 39 (2): 421-442, 2017; “Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos”. *Análise Social* LII (223): 360-391, 2017 (em coautoria com Thais Teixeira Santos). antonibarrosgmail.com

